



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ppachado
Carla

Ata nº. 02/2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
RESENDE, REALIZADA EM
27.04.2023

LOCAL: _____
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. _____

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: _____
PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS); _____
1º SECRETÁRIO: Adão Francisco Almeida Azevedo (PS); _____
2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS); _____

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia. _____

HORA DE ABERTURA: _____
Eram 15h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão. _____

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____
PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); _____
VEREADORES: _____
Fernando Silvério Cardoso de Sousa (PPD/PSD); _____
Maria José Rodrigues Dias (PS); _____
Jorge José Pereira Sala Monteiro (PPD/PSD); _____
Amadeu de Vasconcelos (PS); _____
Carla Sofia Pereira Lacerda José (PPD/PSD); _____
Carla Sofia Bernardo Costa (PS); _____

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: _____
Verificaram-se as seguintes faltas e substituições: _____
O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), foi substituído pela
Tesoureira, Ana Patrícia Almeida Rodrigues. _____

JUSTIFICAÇÃO/INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: _____
Faltou injustificadamente à última sessão ordinária o membro José Carvalho de Freitas
(PPD/PSD). _____



7/2/2023
[Signature]

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão realizada em 27 de fevereiro de 2023, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Seguidamente foi a referida ata colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade (os membros André Miguel Pereira Monteiro (PPD/PSD) e Miguel Ângelo Rodrigues Ferreira Pinto (PS), que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, não participaram na discussão nem na sua aprovação, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do Código do Procedimento Administrativo).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”; -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, a bancada do PSD inicia a sua intervenção questionando V.ª Ex. sobre o assunto da descentralização das Assembleias que vem sendo abordado nas nossas intervenções nas últimas sessões. Sabendo nós que não é intenção do executivo municipal realizar o investimento necessário à criação de condições técnicas para a transmissão em direto destas reuniões, questiono V. Exª se é sua intenção que em junho ocorra a referida descentralização e caso o pretenda fazer se já tem uma ideia em que freguesia irá acontecer. Exº mo senhor Presidente da Câmara, Dr. Trindade, a nossa intervenção fundamenta-se na Festa das Cavacas e começamos por congratular o esforço da autarquia, que reconhecemos, no sentido de valorizar o evento, realçamos o esforço que foi feito na sua promoção e, principalmente, reconhecer a afluência de pessoas que foi significativa nos dois dias do evento. Contudo, lamentamos que a meio da tarde do segundo dia praticamente não existiam cavacas à venda. Convidamos as pessoas a visitar-nos temos o dever de garantir que até ao fecho do evento hajam produtos disponíveis, que hajam cavacas. A culpa naturalmente não é de autarquia, não vai ter forma de as cozer, no entanto, sugerimos se não será de considerar que no regulamento que naturalmente deve existir não deverá haver um incentivo para produzir uma quantidade mínima por cada produtor, que vão sabendo a que horas acaba o produto de ano para ano, e se necessário a autarquia assegurar a aquisição final do produto por um preço negociado, naturalmente, e posteriormente distribuir esse produto para não se estragar por entidades e associações que possam necessitar desse produto. Fica a nossa sugestão.”-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ppachol *Conf*

Presidente da Mesa – Relativamente à questão da descentralização das Assembleias deu nota de que a Sessão da Assembleia Municipal a realizar no decorrer do mês de junho, esta terá efeito numa freguesia do concelho e em período noturno.-----

Presidente da Câmara – Agradeceu a congratulação e o reconhecimento do esforço da Autarquia na realização da Festa das Cavacas, referindo que o evento decorreu como esperado e que as últimas edições indicavam que este seria de igual modo bem-sucedido. Disse acolher a sugestão para que a autarquia assegure a aquisição final do produto por um preço negociado. Em relação à falta do produto, solicitou autorização ao senhor Presidente da Mesa para que a senhora vereadora do Pelouro da Ação Social e Emprego pudesse prestar alguns esclarecimentos.-----

Maria José Rodrigues Dias (Vereadora do PS) – Esclareceu que o evento contou com a participação de produtores de cavacas que possuem estabelecimentos abertos e por produtores de cavacas que apenas vendem os seus produtos sob encomenda, sendo evidente que os produtores de cavacas com estabelecimento possuem uma capacidade de produção maior. Esclareceu que um produto como a cavaca deve ser produzido no próprio dia ou no dia anterior para garantir a sua qualidade, atendendo assim às expectativas dos consumidores e de modo que não sejam defraudadas as expectativas de quem a compra. Disse que no seu entendimento, e na sequência do proferido pelo senhor Presidente da Câmara, durante o evento deste ano, verificou-se uma maior afluência de pessoas e não tanto a falta de produto. Disse que pese embora a capacidade de produção possa não ser a desejada, a qualidade e excelência do produto foram mantidas, tendo os serviços da autarquia selecionado produtores aleatoriamente para verificar a qualidade do produto, o que foi verificado.-----

Inês Cândida dos Santos Correia (PPD/PSD) – Questionou, enquanto eleita como representante da freguesia da União das Freguesias de Anreade e São Romão, o senhor Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação da estrada que dá acesso ao Povo de Fundo D'Aldeia, referindo que a população daquela localidade não dispõe de uma estrada de acesso automóvel às suas habitações, tendo que utilizar um terreno particular que pode, a qualquer momento, ser vedado pelo seu proprietário, bem como para quando o arranjo da estrada que vai desde os quatro caminhos ao lugar do Monte Pó, à qual há já muitos anos necessita de melhoramentos. Questionou ainda se existe alguma prioridade no regulamento de cedência de equipamentos municipais, em relação aos pedidos feitos pelas associações do concelho em detrimento dos pedidos das juntas de freguesia. Por último deu nota ter sido abordada por alguns operadores turísticos que transmitiram a necessidade de se alargar o número de postos de carregamento de carros elétricos a outras freguesias, nomeadamente, São Martinho de Mouros e no localidade de Caldas de Aregos.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que relativamente ao ponto de situação das estradas, nomeadamente da estrada que dá acesso ao Povo de Fundo D'Aldeia, a qual foi destruída com as intempéries sentidas no concelho, esta seria a de maior complexidade de reparação uma vez que possui à parte de baixo da mesma uma intervenção no terreno que poderá causar alguns



Proprietário
Cury

contratempos acrescido do facto de ser bastante onerosa, mas que a seu tempo e logo que possível será intervencionada, desconhecendo a necessidade de melhoramentos na estrada que vai desde os quatro caminhos ao lugar do Monte Pó, mas que a existir tal necessidade a mesma estará para resolução junto dos serviços. Relativamente ao tema da cedência de palcos, deu nota de que a autarquia precisaria de possuir muitos palcos para atender todos os pedidos, tendo entanto, decidido já adquirir mais dois palcos. Apelou as associações e juntas de freguesia para estas procedam à aquisição do seu próprio palco, reduzindo assim a dependência de equipamentos municipais. Discordou haver algum tipo de preferência dada às juntas de freguesia em detrimento das associações na cedência de palcos, argumentando de que os eventos realizados pelas juntas de freguesia teriam certamente uma maior abrangência de população, mas que, todavia que os direitos seriam iguais. No que se refere ao assunto dos postos de carregamento de carros elétricos, disse que o concelho já possuía um posto de carregamento elétrico na vila estando previsto a instalação de um outro junto do Auditório Municipal, sendo, porém, a sua utilização pouco expressiva, provavelmente devido ao fato de ser mais caro carregar um carro elétrico num posto de carregamento do que em casa. Sugeriu a que os hotéis e estabelecimentos similares instalassem os seus próprios postos de carregamento, para assim possibilitar aos seus clientes carregar carros elétricos. Deu nota ainda que após o término das obras de regeneração urbana, a localidade de Caldas Aregos terá também posto de carregamento alargando posteriormente a outras freguesias.-----

B.2. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPETIVA VOTAÇÃO;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento do **senhor Domingos Pereira**, antigo funcionário municipal, pelo falecimento do **senhor Luís Manuel Vasconcelos**, irmão do senhor Vice-Presidente Amadeu de Vasconcelos e pelo falecimento do **senhor António Fernandes**, pai da funcionária do Município Maria Paula Fernandes Pinto.-----

As bancadas do PS e PPD/PSD apresentam-lhes as mais sentidas condolências, assim como a todas as famílias enlutadas.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da “Ordem do Dia” constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. Assuntos para conhecimento; -----
2. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
3. Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Resende;-----
4. Feira do Rodo 2023 – Proposta;-----



F. Medeiros *Conf*

5. Documentos de Prestação de Contas – 2022;-----

6. Carta Social do Concelho de Resende;-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento:-----

– Projeto Lei nº597/XV – Comparticipação do Estado nos Tratamentos Termais _CR_3506/2023;--
– União das Freguesias de Felgueiras e Feirão - Pedido de Apoio Financeiro e de Equipamentos Móveis - CR_3489_2023;-----

– União das Freguesias de Felgueiras e Feirão – Pedido de Poda de Árvores_CR_132/2023;-----

– União das Freguesias de Anreade e São Romão – Pedido de Cedência de Equipamentos Móveis e Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade – CR_3295/2023;-----

– Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros – Pedido de Apoio – Desfile Carnaval – CR_2204_2023;-----

– União das Freguesias de Freigil e Miomães – Pedido de Poda de Árvores_CR_11863/2023;-----

– União das Freguesias de Ovadas e Panchorra – Pedido Equipamento Móvel (Palco) – CR_13004/2022;-----

– União das Freguesias de Ovadas e Panchorra – Pedido Equipamento Móvel (Palco) – CR_546/2023;-----

– União das Freguesias de Ovadas e Panchorra – Pedido Equipamento Móvel (palco grande) – CR_2758/2022;-----

– Junta de Freguesia de Cárquere – Pedido de Equipamentos Móveis – Cavalhal Cultural – CR_5163/2023;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Inês Cândida dos Santos Correia (PPD/PSD) – Disse que a sua bancada considerava o documento em questão importante, porém um pouco vago. Em relação à cultura, mencionou de que houve algumas reuniões com associações culturais, questionando o porquê de sobreposição de eventos, uma vez que as associações tiveram de apresentar previamente um plano de atividades,



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proprietário *Conf*

dando nota da existência de eventos que estão a decorrer simultaneamente em freguesias vizinhas. Em relação ao turismo, tema aposta do município e com o qual concordam, questionou se participar de uma feira, uma caminhada e uma reunião seria suficiente para impulsionar o turismo no concelho de Resende, dizendo que o investimento em Caldas de Aregos não deve impedir o desenvolvimento do turismo em outras áreas, perguntando sobre o ponto de situação da concessão dos bares do Cais e sobre a previsão de realização das obras na estrada nacional. Questionou se o executivo prevê a implementação de algum tipo de programa de animação em colaboração com empresas locais durante o verão nos locais turísticos, bem como o estado do Projeto de Certificação de Destino Turístico Sustentável para Resende - Green Destinations – Participação, tendo em conta a urgência em deliberação sobre o assunto na última assembleia. Destacou o impacto ambiental como uma das áreas principais do turismo sustentável questionando o que está sendo feito pela limpeza e manutenção do meio ambiente, exemplificando com o estado sujo da estrada da Mercê e do ribeiro, usado pela população para o despejo de resíduos urbanos e de construção, e com o exemplo do Ribeiro de Cabrum, mais concretamente na ponte da Estrada N222, que do lado de Cinfães verifica-se a existência de um parque de merendas com infraestruturas e acesso ao ribeiro, contrariamente ao lado de Resende em que nada existe. Questionou quais medidas adotadas pelo executivo, bem como quais as intenções para melhoria das infraestruturas, nomeadamente ao nível dos transportes, das acessibilidades e da implementação de novas atrações, tais como serviços desportivos e recreativos. Por fim, perguntou sobre o ponto de situação do diálogo e apoio prestado à comunidade local, proprietários de turismo rural e local, hotéis e restaurantes, qual ponto de situação relativamente ao diálogo e ao apoio prestado à comunidade local, proprietários de turismo rural e local, hotelaria e restauração. Relativamente ao tema desporto, questionou quais as ações que estão previstas para criar hábitos saudáveis. Em relação ao ordenamento do território, questionou quando haverá acessibilidade para todos os edifícios municipais ou serviços municipais, assim como a sua aparência externa, bem como a limpeza das estradas e a melhoria dos espaços verdes, como Penedo de São João, Parque Urbano e Caldas de Aregos. Por fim, perguntou, em forma de alerta, se o Centro de Apoio de Montanha a Caminheiros e Cicloturistas enfrentará o mesmo destino que o Centro de BTT em Felgueiras.-----

Presidente da Câmara – Disse que se tratava de um grande número de pedidos de informação, dos quais discordou por não ser viável fornecer todas as informações no momento, além do facto de não terem sido considerados os custos para o Município e a vontade da população. No que diz respeito ao desporto, lembrou que o concelho de Resende não possui apenas andebol, futebol e futsal, mas também atletas de ténis de mesa e pesca de competição, e que possui cerca de trezentos atletas em formação de futebol, sendo um dos concelhos com mais atletas em formação no Distrito de Viseu, bem como diversos praticantes de desporto não federado, discordando da ideia de que Resende tem um défice de desporto. Lembrou que tudo tem um custo e que às vezes é muito alto. Disse que o Município realiza constantemente a limpeza das estradas, mas não pode controlar os



7/2/2014
Conf

despejos diários, pois isso é inviável. Quanto aos bares de Caldas de Aregos, informou que a APDL já está a preparar o concurso público para a concessão dos bares. Sobre os eventos, destacou as diversas iniciativas do executivo, como a Festa das Cavacas e o Festival das Cerejas e todas as festividades que ocorrem nas freguesias. Lembrou que Resende possui várias associações, ranchos folclóricos, bandas de música, grupos de teatro, academia de música e diversas atividades que ocorrem nos fins-de-semana para a população e crianças, salientando a importância do custo dessas atividades para o Município. Lembrou o plenário de que o executivo assumiu a responsabilidade de investimentos oportunos que estão em andamento, mas que requerem responsabilidade financeira nas decisões, exemplificando com a decisão de requalificar os balneários de Caldas de Aregos. Devendo ser esta uma das preocupações da bancada do PPD/PSD, questionar se tais obras decorrem na normalidade ou se a condição financeira do Município está estável, considerando este tipo de preocupação mais importantes e relevantes para o concelho, não retirando de modo algum a importância de todas as outras preocupações já demonstradas pela bancada do PPD/PSD. Seguidamente e sucintamente, prestou esclarecimentos sobre todas as empreitadas a decorrer ou em fase de conclusão no concelho, terminando desculpando-se pelo facto de não poder ou conseguir dar resposta a todo o solicitado, disponibilizando-se para o fazer por escrito, se assim a bancada do PPD/PSD, assim o pretender.-----

Inês Cândida dos Santos Correia (PPD/PSD) – Disse que as preocupações da sua bancada eram as mesmas da população e que em nenhum momento questionaram a formação do futebol no concelho. Manifestou desagrado pelas reações do senhor Presidente da Câmara e do 1º Secretário da Mesa aquando da sua intervenção, classificando-as de levianas e jacosas.-----

Presidente da Câmara – Disse que o termo “leviana” era da responsabilidade da senhora deputada Inês Correia.-----

Joaquim Alves (PS) – Em nome da bancada do PS parabenizou o executivo e todos os funcionários municipais envolvidos na realização da Festa das Cavacas bem como pela forma como decorreu toda a celebração da comemoração do 25 de Abril. Realçou a conclusão das empreitadas de requalificação urbana no espaço público à envolvente norte da Vila de Resende e empreitada de Regeneração Urbana da Portela – Fazenda, manifestando a sua opinião de que as mesmas ficaram espetaculares.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Resende.-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7/7/2023
Cert

O membro Joaquim Alves (PS) declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.4. FEIRA DO RODO 2023 – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, uma proposta da senhora Vereadora do Pelouro de Ação Social e Emprego, para a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00€ para a realização do evento Feira do Rodo/2023.-----

O senhor Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Ovadas e Panchorra, Manuel de Almeida Pinto Afonso (PS), declarou-se impedido relativamente a este assunto, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2022;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, os documentos de prestação de contas, incluindo a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício de 2022.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“A bancada do PSD decidiu a sua intervenção no sentido de abreviar questões de índole técnica, sendo importantes para compreender, em certa parte a inoperância do executivo, e decidiu apresentar números concretos que refletem de forma evidente a falta de empenho e rigor em valorizar Resende. No tocante à receita, dos 21,5 milhões de euros previstos em orçamento, foram arrecadaram 18,1 milhões de euros, ou seja, deixaram de ter a possibilidade de ser reinvestidos em Resende 3,4 milhões de euros. Fruto de quê? Inoperância, falta de capacidade de trabalho e falta de rigor do executivo a que V.^a preside. No que diz respeito à despesa prevista também sofreu do mesmo mal, do montante previsto em orçamento de 21,5 milhões, somente se executaram 15,6 milhões de euros, ou seja, 5,9 milhões de euros que deixaram de ser executados. Fruto de quê? Inoperância, falta de capacidade de trabalho e falta de rigor do executivo a que V.^a preside. Ou seja, a execução orçamental demonstra que relativamente aos valores orçamentados a taxa de execução foi muito baixa, pelo que se pode concluir que o orçamento apresentado e aprovado não foi cumprido e ficou muito aquém do expectável. Fruto de quê? Inoperância, falta de capacidade de trabalho e falta de rigor do executivo a que V.^a preside. Podem continuar a ler discursos feitos, enunciando obra feita. Veja-se lá se em mais de vinte anos de governação elencar 10 obras, concluídas há mais de 10 anos é motivo de orgulho? Pode parecer, mas não é de certeza. As obras que vão anunciando e que não



Proprietário
Carta

executam, tal como, Seminário Menor de Resende, Centro de Recolha Animal, eletrificação da via-férrea do Marco de Canaveses à Régua, estrada de ligação Baião — Marco. Estas poderiam contribuir para o desenvolvimento deste concelho, mas não são. Fruto de quê? Inoperância, falta de capacidade de trabalho e falta de rigor do executivo a que V.^a preside. Ao nível económico-financeiro é de registar que em 2022 o Resultado Líquido do Município foi negativo em cerca de 86 mil euros, significando que os gastos do período foram superiores aos rendimentos, ou seja, prejuízo. Má gestão das contas públicas. Fruto de quê? Inoperância, falta de capacidade de trabalho e falta de rigor do executivo a que V.^a preside. Esta prestação de contas tem a ver com o orçamento que apresentaram, que aprovaram e que foi executado, segundo o suporte do Partido Socialista e de V. Ex.^{as} que governam o Município, o PSD não tem culpa”.-----

Presidente da Câmara – Pediu que fossem concretizadas as obras que o executivo prometeu e que não foram cumpridas. Esclareceu que só foram feitas referências à eletrificação da via-férrea do Marco de Canaveses à Régua e à obra de ligação entre a Ponte, pelo facto de estarem previstas no âmbito do PPR - Plano de Recuperação e Resiliência. Questionou qual é a relação desses assuntos com a gestão autárquica e com a adaptação do Seminário Menor de Resende em Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais para Deficientes Mentais, sendo que esta última já tem uma candidatura feita e aguardava apenas a sua aprovação. Disse que o que foi dito era uma mistura confusa de assuntos e matérias que desconhecia. Alegou que a bancada do PPD/PSD não tinha a menor ideia do que era um orçamento, uma despesa ou uma receita, embora houvesse alguns elementos na bancada que conheciam a matéria, mas que não se pronunciavam. Acrescentou que a intenção parecia ser a de transmitir uma imagem de total desordem na gestão autárquica, misturando assuntos do Governo Central com questões do Município. Discordou dessa opção e pediu seriedade política nas intervenções da bancada do PPD/PSD. Solicitou ao senhor Presidente da Mesa autorização para que o senhor vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, Administração Geral e Finanças pudesse prestar alguns esclarecimentos, a qual foi concedida.-----

Amadeu de Vasconcelos (Vereador do PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Dizer que obviamente que a intervenção que aqui foi feita não me merece grandes reparos técnicos, até porque percebi que tentou fugir um pouco a isso. No entanto, convém sempre esclarecer o seguinte, um orçamento municipal é elaborado e executado prevendo despesas corrente e despesas, e receitas de capital. E aquilo que tem a ver com a ação da câmara que são as receitas e as despesas correntes eu gostava de lembrar esta assembleia que em termos de arrecadação de receita corrente os números cifraram-se em 94,5% e relativamente à execução de despesas corrente esta ficou em 85,5%. Sabe o que quer isto dizer senhor deputado? É sinal de operância, capacidade de trabalho e rigor. Depois os senhores deputados vêm aqui fazer este tipo de intervenção e esquecem-se de uma coisa, que acho ser muito importante e que o senhor Presidente já referiu, que é o facto de nós termos um conjunto de investimentos que totalizam mais de dez milhões de euros, sabem o que quer dizer, mais uma vez, sinal de operância, capacidade de trabalho e rigor. E ainda,



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

J. Machado
C. X

senhor deputado, dizer também o seguinte porque parece que se esquecem, quando fazem referência, porque eu percebi que era para mim e em relação a questão das obras há mais de dez anos, está enganado, a PARUde Resende é recente e é de agora, Caldas de Aregos é de agora, a requalificação da zona da Portela é de agora e um conjunto de outros investimentos realizados e concluídos são de agora, sinal de quê? Operância, capacidade de trabalho e rigor. Portanto, senhor deputado lamento ter escolhido mal as palavras, não se aplica certamente esse juízo de valor, mas vou-lhe recordar-lhe que também se esquece disto, o ano de 2022 representa para nós e tenho aqui números que não me deixam mentir, um total de despesa paga de três milhões, seiscentos e oitenta e três mil euros, sabe o quer isto dizer? Sinal de operância, capacidade de trabalho e de rigor. Como vê aquilo que disse não se aplica isto, lamento muito que assim seja".-----

Joaquim Alves (PS) – Disse tratar-se de muitos milhões, efetivamente, devendo o plenário reconhecer os resultados favoráveis. Lembrou que o documento em questão é acompanhado por um parecer favorável de uma entidade externa com reconhecido nome, sendo injusto questionar esse parecer emitido por quem efetivamente entende do assunto.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD), aprovar.**-----

C.6. CARTA SOCIAL DO CONCELHO DE RESENDE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, a Carta Social do Concelho de Resende.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Neste ponto ao abrigo no nº 2 do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal de Resende o senhor Presidente da Mesa solicitou o uso da palavra, assumindo o cargo de deputado municipal tendo sido substituído pelo 1º Secretário da Mesa, tendo proferido a seguinte intervenção:-----

Jorge Cardoso Machado (PS) – "Nós hoje temos aqui um documento de extrema importância, o qual eu o classifico, a seguir ao Orçamento Municipal e à Conta de Gerência, como um dos assuntos mais importantes da Assembleia Municipal. Este documento relata-nos as fragilidades do nosso concelho, fragilidades essas que me tocam pessoalmente. Temos aqui identificadas com frágeis as crianças, os idosos, os doentes e dentro destes últimos a classe dos portadores de deficiência. A Carta Social do nosso concelho é a causa primeira da nossa posição enquanto autarcas do nosso Município, estamos aqui para zelarmos pelos interesses dos mais desfavorecidos e a Carta Social espera-nos isso, pois tem uma dimensão social enorme. Dizer-vos que, após leitura atenta ao documento e efetuada comparação com iguais documentos de outros concelhos, este supera-os largamente. Trata-se de um documento bem estruturado e felicito todos os participantes na sua elaboração. Quero ler-vos o resumo do documento, mas aconselho a todos os senhores deputados a sua leitura do documento na íntegra, pois, este documento irá-nos acompanhar na Assembleia Municipal doravante e vamos estar atentos a sua evolução e aplicabilidade. O resumo deste



Figueiredo
Cuf

documento diz o seguinte, e passo a citar: “Em suma, Resende apresenta-se como um concelho com fortes características de envelhecimento, com uma população que perdeu grande parte do seu poder económico, devido à inflação, seja por força de uma pandemia, seja pelos efeitos colaterais de uma guerra em desenvolvimento, que criaram e criam, diariamente, um impacto estruturante nas dinâmicas gerais da comunidade. Trata-se de um concelho do interior, com fortes características rurais, que marcam toda uma população. A parca oferta de emprego, o baixo nível de rendimentos, a ausência de uma estrutura empresarial que favoreça a criação de oportunidades às populações, reflete a situação complicada em que a comunidade se encontra. Face a esta ausência de suporte social e, por vezes, familiar, encontra-se a descoberto algumas respostas sociais existentes. Falamos do caso das ERPI’s, que ainda que distribuídas pelas freguesias do concelho, face à elevada procura, à lista de espera e à elevada taxa de envelhecimento que se faz sentir no concelho, torna-se urgente aumentar a capacidade de resposta e/ou criar novos equipamentos adaptadas à realidade. Situação que vai ao encontro das prioridades identificadas pelas IPSS’s locais. No que respeita à deficiência, o panorama é similar. Analisando as listas de espera e a taxa de ocupação das respostas que existem no concelho, percebe-se que as mesmas estão sobre uma exaustão na sua capacidade de corresponder à procura de que são alvo. Esta observação é reflexo das preocupações que as instituições sociais locais sentem.” fim de citação. Dizer mais uma vez que estes temas, tais como idosos e doentes, são temas que a mim tocam-me pessoalmente. Ainda neste documento é reiterado no que respeita à deficiência que se torna importante repensar-se as respostas que existem ao dispor da comunidade, referindo de igual modo que a taxa de ocupação, no Lar Residencial, situa-se nos 100%, contando com uma lista de espera na ordem dos 52,63%, havendo assim muita gente em espera. Tal como já referido li todo o documento e pensei muito na senhora vereadora da ação social e sei ser a pessoa certa relativamente a esta matéria, que hoje aqui na Assembleia Municipal vai ser votada. Fiquei entusiasmado relativamente a esta matéria que vai hoje a votação nesta Assembleia Municipal. Fiquei também agradado com a contemplação no documento, no que diz respeito à Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental - APPACDM. Todos sabemos e a classe política também o sabe, que os recursos financeiros são escassos e não chegam a todo o lado, mas presumo que com boa vontade e reflexão vamos chegar a fórmula correta de desenvolver esta valência que se irá situar no Seminário Menor de Resende e que irá criar cerca de 30 postos de trabalhos, aguardando para brevemente a abertura desta valência nos moldes previstos permitindo-nos acolher, com todo o gosto na nossa terra, pessoas portadoras de deficiência”.

Rosana Lourenço Teixeira (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Antes de mais dar os parabéns à equipa que elaborou a Carta Social, pela sua abrangência e informação incluída, é efetivamente um documento muito importante. Mas gostaria de refletir um pouco sobre alguns números que estão neste documento. Mas para quem ouviu na sessão solene do 25 de Abril, nomeadamente o discurso do executivo chega rapidamente à conclusão de que vivemos num mundo de fantasia. Infelizmente a guerra na Ucrânia já dura há mais de um ano e o vosso



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7/10/2014
Cut

executivo já está em funções há mais de dez anos. O ponto em que se encontra o município não pode ser justificado pela guerra ou pela situação económica. E como foram buscar obras de todo o reinado socialista e até algumas do PSD, só faltou dizer que são responsáveis, também, pela Ponte da Ermida. E como nem só de obra vive o homem, falam muito bem em infraestruturas criadas, mas esquecem-se das pessoas e das dezenas de jovens que anseiam por voltar a Resende e cá trabalharem e aqui desenvolverem os seus projetos. Ao longo dos últimos 10 anos, Resende perdeu 1.313 habitantes, e quais foram as medidas ao nível do crescimento populacional e de fixação das pessoas? Que medidas de apoio à natalidade se têm executado? A construção de três belos centros escolares? Que brevemente terão de ser convertidos em lares de idoso! E pergunto, que passos têm dado na criação e no apoio à criação de emprego? Sobre o documento em questão, tal como o senhor Presidente da Assembleia o fez, Resende apresenta-se como um concelho com fortes características de envelhecimento e com uma população que perdeu grande parte do seu poder económico, mais uma vez Resende apresenta o maior índice de envelhecimento da região do Tâmega e Sousa. É porque aquilo de que nos acusam, de medidas populistas, é aquilo que fazem, na tentativa de promessas feitas em campanha eleitoral. Aquilo que pergunto é, os trinta e cinco postos que vem são verdadeiramente criações de posto de trabalhos novos ou estão já prometidos a alguém e efetivamente não se vai criar emprego para ninguém. Acusar a oposição de falta de responsabilidade política ou de colaboração é sim, falta de honestidade. Justificar a inoperância e falta de ambição para o concelho e para os resendenses com o panorama mundial, de que não é só aqui que existem pobres, que existe uma população envelhecida em todo o lado, que existe falta de emprego no país todo, que faltam de condições em geral em todo o território, é, isto, sim, desonesto. Os resendenses merecem mais. Os nossos jovens e crianças merecem que o poder instituído sonhe e ambicione por mais. Na política não devemos esperar congratulações por estarmos a fazer o nosso trabalho, mas analisar e refletir no que correu mal, para se fazer mais e melhor".-----

Joaquim Alves (PS) – Disse terem sido abordados temas que nada teriam a ver com o assunto em apreço desviando a atenção para outros assuntos que não, a Carta Social. Subscreveu na totalidade o proferido pelo membro Jorge Cardoso Machado. Realçou a importância do teor do documento bem como a resposta dada a pessoas que carecem de apoio e cuja preocupação deveria ser comum a todos. Disse que enquanto representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Resende teve a possibilidade de participação em algumas reuniões sendo conhecedor do exaustivo trabalho que este documento necessitou, congratulando o trabalho de todos aqueles que nele participaram, parabenizando e reconhecendo o esforço e trabalho tido pela senhora vereadora Dr^a Maria José Dias e pela Dr^a Catarina Pinto.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 16h55.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental (portalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2023.-----

Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia

Assistente Técnico